

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 5 – Número 0299– 17/04 à 21/04/2023

SUMÁRIO

- Destaque da Semana
 - Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
 - Notícias do Executivo
 - Notícias do Ministério Público do Trabalho
 - Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
 - e-Social
 - Outras Notícias
 - Atos Normativos
 - Dados estatísticos de Fiscalização
-

Destaque da Semana

[Moraes pede vista no caso sobre contribuição assistencial a sindicato](#)

Migalhas - 21/04/2023

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, pediu vista do processo no qual a Corte pode validar o retorno da cobrança do imposto sindical. Até o momento, os ministros Gilmar Mendes, relator, Luís Roberto Barroso e Cármen Lúcia se manifestaram favoravelmente ao retorno do imposto sindical.

Entenda

Em junho de 2018, o Supremo, em processo com repercussão geral, assentou a inconstitucionalidade da contribuição assistencial imposta por acordo, convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa a empregados não sindicalizados. O acórdão ficou assim ementado:

“Recurso extraordinário. Repercussão geral. 2. Acordos e convenções coletivas de trabalho. Imposição de contribuições assistenciais compulsórias descontadas de empregados não filiados ao sindicato respectivo. Impossibilidade. Natureza não tributária da contribuição. Violação ao princípio da legalidade tributária. Precedentes. 3. Recurso extraordinário não provido. Reafirmação da jurisprudência da Corte.”

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[FGTS: STF começa a julgar uso da TR para correção dos saldos](#)

Supremo Tribunal Federal - 20/04/2023

O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar, nesta quinta-feira (20), a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5090, que questiona a aplicação da Taxa Referencial (TR) na correção dos saldos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Os ministros Luís Roberto Barroso (relator) e André Mendonça, que votaram na sessão de hoje, consideram que o conjunto da remuneração do FGTS deve ser, no mínimo, igual ao da poupança. O julgamento será retomado na próxima quinta-feira (27).

[Últimos dias para se inscrever em palestra sobre democracia e meio ambiente de trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 20/04/2023

As inscrições para a palestra “Democracia e meio ambiente do trabalho”, com o professor Michel Miné, do Conservatório Nacional de Artes e Ofícios (CNAM) podem ser feitas até o próximo domingo (23). O evento será realizado em 25 de abril, às 15h, em Brasília, e faz parte das ações da Justiça do Trabalho para o Abril Verde, mês de conscientização para a importância da saúde e da segurança no trabalho.

[TST abre inscrições para seminário em comemoração aos 80 anos da CLT](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 20/04/2023

Em comemoração dos 80 anos da CLT, o Tribunal Superior do Trabalho (TST), em conjunto com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do

Trabalho (Enamat), promove, no dia 4/5, das 9h às 18h, o “Seminário 80 anos da CLT – Dignidade e Justiça Social”. O evento, híbrido, contará com a presença de autoridades do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, de representantes de entidades e movimentos trabalhistas e de ministros do TST, que vão abordar e debater as conquistas e os avanços da CLT no Brasil.

[Ação rescisória na Justiça do Trabalho é o tema deste mês da Biblioteca do TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 20/04/2023

O [Tema do Mês](#) de abril de 2023 da Biblioteca Délio Maranhão, do TST, é “Ação Rescisória na Justiça do Trabalho”. A curadoria é da Comissão de Documentação e Memória do TST, que selecionou artigos, teses, dissertações e vídeo sobre a matéria.

[Banco poderá abater gratificação de função de valores devidos por horas extras](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 18/04/2023

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu a validade de norma coletiva que autoriza a compensação de horas extras com a gratificação de função exercida por um bancário do Banco Bradesco S.A. de Osasco (SP). De acordo com a decisão, o valor da gratificação já recebido pode ser abatido do pagamento das horas extras deferidas na sentença.

[Diretor-geral da OIT visita Tribunal Superior do Trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 18/04/2023

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Lelio Bentes Corrêa, recebeu nesta segunda-feira (17) a visita do diretor-geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Gilbert Houngbo. De nacionalidade togolesa, Houngbo assumiu a direção geral da OIT em outubro de 2022 e é o primeiro africano a ocupar esta posição. Sua vinda ao país marca também o início da celebração dos 70 anos de presença da OIT no Brasil.

[TST anula cláusula que exigia comprovação de gravidez para direito a estabilidade](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 17/04/2023

Por unanimidade, a Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do Tribunal Superior do Trabalho manteve a nulidade de cláusula de convenção coletiva de trabalho que condicionava a estabilidade da gestante à comprovação do estado gravídico. Segundo o colegiado, não se pode criar condicionante a direito constitucionalmente garantido.

Notícias do Executivo

[Nova gestão da Fundacentro busca diálogo com a sociedade](#)

Fundacentro - 19/04/2023

O presidente da Fundacentro, Pedro Tourinho, tem buscado dialogar com diferentes setores da sociedade. O objetivo é reaproximar a instituição de parceiros históricos, construir ações conjuntas e potencializar o alcance da saúde e segurança do trabalhador. São reuniões e participações em eventos com representantes de trabalhadores, empregadores e órgãos públicos.

[Fundacentro e parceiros promovem evento em memória das vítimas de acidentes e doenças do trabalho](#)

Fundacentro - 19/04/2023

No dia 28 de abril, das 14h às 18h, a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro) e parceiros promovem evento em homenagem ao Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho, a ser realizado no Centro Técnico Nacional (CTN), situado à rua Capote Valente nº 710 – Pinheiros – SP. O evento também será transmitido pelo [canal da Fundacentro no YouTube](#). Para participar presencialmente, é necessário realizar a inscrição pela [plataforma Forms](#).

[Seminário sobre a mulher discute divisão sexual, assédio e saúde](#)

Fundacentro - 18/04/2023

No mês dedicado às mulheres, a Fundacentro realizou o seminário “Debates atuais

sobre a mulher no mundo do trabalho”. O evento, que ocorreu no dia 24 de março, está disponível no [canal da instituição no YouTube](#). O seminário, conduzido pela coordenadora de Diversidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Alessandra Benedito, contou com as participações de Livia Ferreira, Luciana Veloso Baruki e Maria Maeno.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Abril Verde: Atores debaterão segurança, saúde e prevenção de acidentes de trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 22/04/2023

Nos dias 24 e 25 de abril, o Ministério Público do Trabalho em Santa Catarina (MPT-SC), promove na sede da instituição, em Florianópolis, reuniões com representantes de 22 Regionais de Saúde e CERESTs do Estado, com 24 hospitais e duas entidades ligadas aos Núcleos de Epidemiologia das Unidades de Saúde, além de uma audiência pública com todos os municípios do estado para falar sobre saúde e segurança no trabalho. Os eventos estão sendo organizados pelo coordenador Regional da CODEMAT (Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora), Procurador Bruno Martins Mano Teixeira, de forma híbrida (presencial e por videoconferências).

[MPT e 65 municípios paulistas se reúnem para discutir subnotificação de acidentes](#)

Ministério Público do Trabalho - 22/04/2023

O Ministério Público do Trabalho (MPT) realizou na manhã dessa terça-feira (18/04) uma audiência pública virtual com representantes de 65 municípios do interior de São Paulo, com o objetivo de alertar para o cumprimento da legislação que obriga os entes municipais a notificarem casos de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais no sistema SINAN, conforme previsto na Política Nacional de Saúde do Trabalhador do Sistema Único de Saúde (SUS), instituída pela Portaria do Ministério da Saúde nº 1823/12.

[Abril Verde: MPT ressalta importância do combate ao assédio como nova atribuição da Cipa](#)

Ministério Público do Trabalho - 22/04/2023

O Ministério Público do Trabalho (MPT) levou para o Seminário Abril Verde Alagoas, na última sexta-feira (14), na Casa da Indústria, a importância do combate ao assédio como nova atribuição da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) nas empresas. O procurador-chefe do MPT/AL, Rafael Gazzaneo, apresentou o tema durante palestra voltada a gestores e representantes do setor privado no estado.

[MPT se reúne com hospitais do oeste paulista para aumentar notificações de acidentes](#)

Ministério Público do Trabalho - 22/04/2023

O Ministério Público do Trabalho (MPT) realizou na tarde dessa segunda-feira (17/04) uma audiência coletiva virtual com representantes de instituições de saúde da região do oeste paulista, notadamente hospitais e Santas Casas, e também com a presença da Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Prudente e do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) da cidade, tendo como objetivo alertar para o cumprimento da legislação que obriga os estabelecimentos a notificar casos de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais no sistema SINAN, conforme previsto na Política Nacional de Saúde do Trabalhador do Sistema Único de Saúde (SUS).

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Correio Braziliense destaca a cobrança de entidades pela realização de concurso para a Auditoria-Fiscal do Trabalho](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 17/04/2023

Matéria publicada pelo jornal Correio Braziliense de domingo, 16 de abril, relata a pressão de entidades sindicais representantes dos trabalhadores para que o governo estabeleça medidas mais duras contra empresas que cometem o crime de trabalho escravo, inclusive desapropriação, além do reforço da fiscalização e do fortalecimento de direitos trabalhistas. A pressão é decorrente do aumento de casos de trabalhos análogos a escravidão.

Outras Notícias

[Juros de mora na fase pré-processual só alcançam obrigações trabalhistas líquidas](#)

Consultor Jurídico - 21/04/2023

A aplicação de juros de mora na fase pré-processual só alcança obrigações trabalhistas líquidas. Este é o entendimento da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT-8) após o colegiado analisar e negar um agravo de petição apresentado por um ex-empregado de uma indústria farmacêutica que teve pedido de indenização deferido em primeira instância.

[Denegação de recurso por falta de preparo, pela parte que pede gratuidade da justiça](#)

Consultor Jurídico - 21/04/2023

Não raro, após regular tramitação de feitos na primeira instância da Justiça do Trabalho, o juiz indefere pedidos de gratuidade de justiça e condena a parte requerente ao pagamento de custas processuais. Apresentado o recurso ordinário em face da sentença, o juiz a quo nega seguimento ao referido recurso, por considerá-lo deserto, por falta de preparo, normalmente, pagamento das custas processuais.

[O Fundo de Garantia pertence ao trabalhador e integra seu patrimônio](#)

Consultor Jurídico - 20/04/2023

O STF (Supremo Tribunal Federal) pautou a ADI nº 5.090/DF, de relatoria do ministro Luís Roberto Barroso, para julgamento a partir de hoje (20/4). Trata-se de ação extremamente importante para a classe trabalhadora. Isso porque pretende-se definir se o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) será reajustado por um índice de

correção que mantenha íntegro o seu valor real ou se continuará sofrendo perdas e defasagens que reduzem o patrimônio.

[O PL 245/2019 e a bomba fiscal que pode impactar as empresas](#)

Consultor Jurídico - 19/04/2023

A aposentadoria especial, tal qual é concebida hoje em nosso ordenamento jurídico, é derivada da previsão constitucional inserida no inciso II do §1º do artigo 201 da Constituição. Segundo o qual, somente por meio de lei complementar é facultado ao legislador estabelecer a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios em favor dos segurados cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes.

[Arquivamento de reclamação e uma análise sob a ótica da preempção](#)

Consultor Jurídico - 19/04/2023

Com o advento da Lei nº 13.467/2017, é sabido que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi fortemente impactada. E dentre as diversas modificações, pode-se dizer que o artigo 844 passou por uma verdadeira metamorfose no que diz respeito ao arquivamento da reclamação trabalhista e a propositura de uma nova demanda.

[Flexibilização da cota prevista no artigo 429 da CLT por negociação coletiva](#)

Consultor Jurídico - 17/04/2023

De acordo com o artigo 227 da Constituição, é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, dentre outros, o direito à profissionalização. Apesar de a CF/88 estabelecer que seria possível o trabalho de pessoa maior de 14 anos na condição de aprendiz (artigo 7º, XXXIII), foi só em 2000 que ocorreu a publicação da Lei nº 10.097/2000, que ficou conhecida como a Lei da Aprendizagem. Essa lei define o que é aprendizagem e, com vistas a fomentar e regulamentar o acesso dos jovens ao mercado de trabalho, estabelece diretrizes para o cumprimento do artigo 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

[Empresa não pode exigir teste de gravidez e antecedentes em admissão](#)

Migalhas - 20/04/2023

Uma empresa de comércio de alimentos foi condenada a pagar indenização no valor de R\$ 2 mil por violar os direitos de personalidade de uma trabalhadora. A profissional havia se candidatado para vaga de operadora de loja e, após a aprovação, foi orientada a entregar os documentos necessários para a admissão. Na oportunidade, foram solicitados exame de gravidez e certidão de antecedentes criminais, o que fez a mulher se sentir discriminada e desistir de celebrar o contrato de trabalho.

[Barroso e Mendonça votam para FGTS não ser inferior à poupança](#)

Migalhas - 20/04/2023

Nesta quinta-feira, 20, o STF começou a julgar a constitucionalidade de dispositivos que impõem a correção dos depósitos nas contas vinculadas do FGTS pela TR - Taxa Referencial. Até o momento, votou o ministro Luís Roberto Barroso, relator, no sentido de determinar que os depósitos do FGTS fazem jus à remuneração anual mínima, pelo menos igual ao rendimento da caderneta de poupança. S. Exa. considerou que “não é legítimo causar um prejuízo substancial ao trabalhador para financiar políticas públicas”.

[AGU defende no STF extinção de ação sobre correção do FGTS](#)

Migalhas - 20/04/2023

A AGU defendeu no STF a extinção da ação que questiona o uso da TR - Taxa Referencial para fazer a correção das contas do FGTS. O caso deve ser julgado nesta quinta-feira, 20, pela Corte. Na manifestação enviada nesta quarta-feira ao STF, a AGU argumenta que as leis 13.446/17 e 13.932/19 estabeleceram a distribuição de lucros para os cotistas. Segundo órgão, as contas passaram a ser corrigidas com juros de 3% ao ano, o acréscimo da distribuição, além da correção pela TR. Por isso, não deve prosperar o argumento de que a remuneração dá prejuízo aos trabalhadores.

[STJ: Corte Especial libera penhora de salário para pagamento de dívida](#)

Migalhas - 19/04/2023

Corte Especial do STJ decidiu, nesta quarta-feira, 19, pela possibilidade de relativização da impenhorabilidade das verbas sobre rendimentos para pagamento de dívida não alimentar, independentemente do montante recebido pelo devedor, desde que preservado o montante que assegure sua subsistência digna e de sua família. Havia divergência entre os colegiados do STJ quanto à possibilidade de penhora sobre rendimentos ou proventos do devedor, seja empregado privado, seja servidor público.

[Terceirizada demitida durante gestação receberá diferenças salariais](#)

Migalhas - 19/04/2023

Uma funcionária terceirizada da área administrativa de um município, contratada temporariamente para suprir necessidade setorial e desligada do cargo enquanto gestante, ganhou na Justiça o direito de receber o valor correspondente à remuneração salarial desde a dispensa até cinco meses após o parto, entre outros benefícios. A decisão é do juízo da vara única de Penha/SC.

[“Meu escravo”: Trabalhador alvo de racismo de chefe será indenizado](#)

Migalhas - 19/04/2023

Um auxiliar mecânico deverá ser indenizado em R\$ 10 mil por sofrer racismo recreativo, prática cultural que se vale do humor para expressar hostilidade às minorias. Ele era alvo de piadas frequentes do superior hierárquico, que utilizava expressões como “mucamo”, “chimpanzé” e “meu escravo” para se referir ao trabalhador. A decisão foi proferida pelo juiz de Direito Luiz Evandro Vargas Duplat Filho, da 1ª vara do Trabalho de Guarujá/SP.

[Vítimas de doenças e acidentes de trabalho são homenageadas em Seminário sobre Saúde e Segurança do Trabalho](#)

Revista Proteção - 17/04/2023

“Uma das grandes mazelas do mundo do trabalho são os acidentes. Também tem a questão da saúde mental, que é muito aguda. Esse seminário visa a homenagear as vítimas e divulgar uma cultura de proteção em todos os ambientes de trabalho”, destacou o gestor regional do Programa Trabalho Seguro, desembargador Marcelo Pertence, na abertura do Seminário sobre Saúde e Segurança do Trabalho em Me-

mória às Vítimas de Doenças e Acidentes do Trabalho, na manhã de sexta-feira (14/4), no Plenário do 8º andar do edifício-sede do Tribunal, em Belo Horizonte. O evento foi promovido com o apoio do Comitê Regional do Programa Trabalho Seguro.

[Desigualdade e justiça social na agenda de conversas entre o diretor-geral da OIT e o presidente do Brasil](#)

Organização Internacional do Trabalho - 21/04/2023

A iniciativa Coalizão Global pela Justiça Social da OIT foi o centro das conversas entre o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, e o diretor-geral da OIT, Gilbert F. Houngbo, durante sua visita de dois dias ao país. Ambos expressaram preocupação com as desigualdades em todo o mundo e seu impacto sobre os trabalhadores e as trabalhadoras – uma questão central da Coalizão proposta, que visa elevar o debate político sobre justiça social para enfrentar os desafios que afetam o mundo do trabalho.

[Governo divulga nova composição do Conselho Curador do FGTS](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 20/04/2023

Foi publicado, nesta quinta-feira (20), no Diário Oficial da União, decreto que institui o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviços (FGTS). O Decreto Nº 11.496 permite o retorno das atividades e indica a composição do colegiado, que deve tratar das pautas pendentes de deliberação desde dezembro de 2022. De acordo com a consultora da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Maria Henriqueta Arantes, o setor aguardava a retomada das reuniões do conselho que definem temas fundamentais para os programas habitacionais do país.

[Comunicação prévia de obras prevista na NR 18](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 20/04/2023

As organizações executoras de obras devem fazer a comunicação prévia de obras em sistema informatizado da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho – SIT, antes do início das atividades, de acordo com a legislação vigente. Essa comunicação prévia deve conter informações da empresa e da obra, sendo importante a identificação do responsável pelo preenchimento destas informações.

[CBIC promove seminário sobre norma de áreas de vivência](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 17/04/2023

Com o objetivo de orientar as empresas da construção civil sobre as mudanças relativas às áreas de vivências trazidas pelo novo texto da NR-18, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) realizará um seminário técnico no dia 26 de abril, às 16h, direcionado a empresários do setor, engenheiros, gestores dos canteiros de obras e profissionais de segurança no Trabalho.

[Dia Mundial da Voz – Seconci-SP recomenda cuidados para uma voz saudável](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 17/04/2023

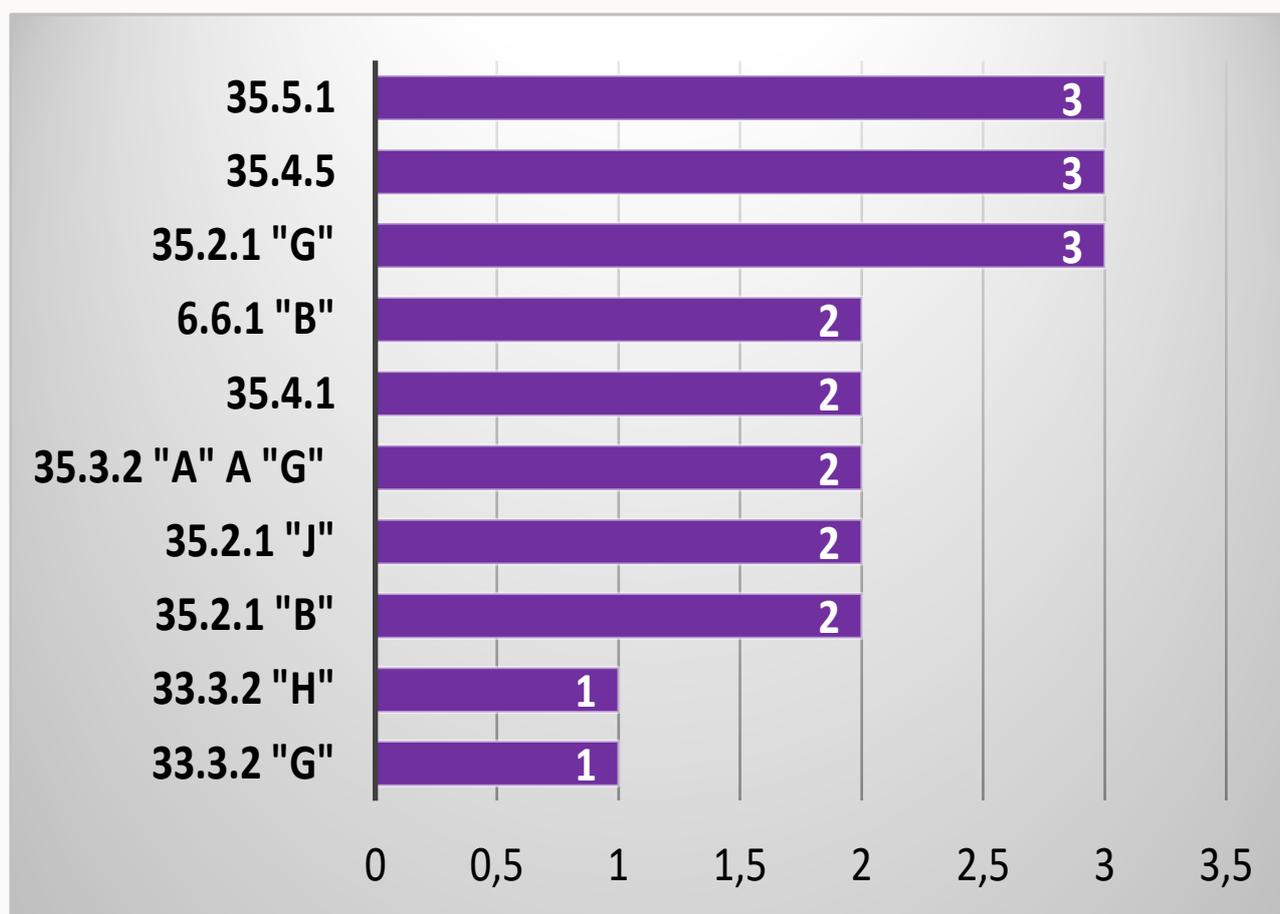
O Serviço Social da Construção do Estado de São Paulo (Seconci-SP), por ocasião do Dia Mundial da Voz (16 de abril), reforça que a data tem o propósito de promover cuidados e prevenir doenças relacionadas à voz. Para a fonoaudióloga do Seconci-SP, Taiane Vieira Moraes da Silva, cuidar bem da voz é fundamental, pois, além de exprimir em palavras o que se quer comunicar, ela imprime as emoções, os sentimentos, a personalidade da pessoa, através da sua qualidade.

Atos Normativos

[DECRETO Nº 11.496, DE 19 DE ABRIL DE 2023](#) (DOU de 20/04/2023 Seção I Pág. 01) - Dispõe sobre o Conselho Nacional do Trabalho, a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, a Comissão Tripartite Paritária Permanente, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fórum Nacional de Microcrédito.

Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Interdição” durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Previdência na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2023 (jan):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTE

Interdição: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego para contabilizar os artigos da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram utilizados para paralisar as atividades de itens encontrados nos canteiros de obra da Indústria da Construção, por ter sido caracterizado “grave e iminente risco” a segurança e a saúde dos trabalhadores, durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações”, “autuações” ou “regularizados na ação fiscal” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do MTE são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

35.5.1 É obrigatória a utilização de sistema de proteção contra quedas sempre que não for possível evitar o trabalho em altura. (NR).

35.4.5 Todo trabalho em altura deve ser precedido de Análise de Risco

35.2.1 Cabe ao empregador:

g) garantir que qualquer trabalho em altura só se inicie depois de adotadas as medidas de proteção definidas nesta Norma;

6.6.1 Cabe ao empregador quanto ao EPI:

b) exigir seu uso;

35.4.1 Todo trabalho em altura deve ser planejado, organizado e executado por trabalhador capacitado e autorizado.

35.3.2 Considera-se trabalhador capacitado para trabalho em altura aquele que foi submetido e aprovado em treinamento, teórico e prático, com carga horária mínima de oito horas, cujo conteúdo programático deve, no mínimo, incluir:

35.2.1 Cabe ao empregador:

j) assegurar que todo trabalho em altura seja realizado sob supervisão, cuja forma será definida pela análise de riscos de acordo com as peculiaridades da atividade;

35.2.1 Cabe ao empregador:

b) assegurar a realização da Análise de Risco - AR e, quando aplicável, a emissão da Permissão de Trabalho - PT;

33.3.2 Compete ao responsável técnico:

h) monitorar continuamente a atmosfera nos espaços confinados nas áreas onde os trabalhadores autorizados estiverem desempenhando as suas tarefas, para verificar se as condições de acesso e permanência são seguras;

33.3.2 Compete ao responsável técnico:

g) manter condições atmosféricas aceitáveis na entrada e durante toda a realização dos trabalhos, monitorando, ventilando, purgando, lavando ou inertizando o espaço confinado;

OBS.: Informamos que as codificações utilizadas pelo Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTE, nem sempre consideram as versões atuais das Normas Regulamentadoras, podendo indicar itens contidos em versões anteriores das normas de segurança e saúde no trabalho.

EXPI **EXPEDIENTE**

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula